



Em greve há quase três meses, professores e técnico-administrativos da Ufal não abrem mão de reivindicações

**BATALHÃO.** Em todo o País, paralisação já alcança cerca de 300 mil servidores federais

# Mesmo com tanta greve, serviço público continua cobicado

Novas categorias devem aderir à mobilização nos próximos dias; enquanto isso, "concurseiros" queimam as pestanas para garantir uma vaga

FELIPE FARIAS  
REPÓRTER

Os cerca de 4 mil servidores públicos federais que estão em greve em Alagoas podem receber, no fim de agosto, adesão de funcionários dos três bancos oficiais (Caixa, Banco do Brasil e Banco do Nordeste) e, durante o mês de setembro, dos servidores dos Correios, categoria cuja paralisação resulta em transtornos como atraso ou suspensão na chegada de faturas a pagar e de encomendas, co-

mo as de compras feitas pela internet.

"Os bancos ainda não estão em greve, mas já se encontram em estado de mobilização. E dos Correios, a data-base é só em setembro, mas as rodadas de negociação já estão acontecendo", diz o secretário de finanças da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Alagoas, Elpidio Leão de Oliveira.

Caso parem, se juntarão aos servidores do Ministério da Agricultura, da Polícia Federal (PF), Agência Nacional de Vigilância

## Listão

Caso outras categorias venham a aderir à greve, serão pelo menos 6,1 mil servidores de braços cruzados em Alagoas

Sanitária (Anvisa) e aos professores e servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), que completam, neste domingo, 88 dias de greve.

Funcionários da Justiça Federal e Ministério Público Federal tiraram indicativo de greve para o próximo dia 20, segunda-feira.

Mas, segundo o coordenador jurídico do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União (Sindjus), Paulo Falcão, os serviços essenciais serão mantidos.

Aí, estão incluídas audiências judiciais agendadas anteriormente e, em especial, a expedição de alvarás: os documentos que garantem, por exemplo, a

execução de uma ação trabalhista, com o pagamento do que for devido pelo empregador.

"No Distrito Federal, os servidores pararam dia 1º de agosto; em Mato Grosso e em São Paulo, pararam dia 8. Na Bahia e Rio Grande do Sul, os sindicatos locais tiraram indicativo para parar a partir do dia 15", diz Falcão.

## MELHORIA SALARIAL

Caso todas essas categorias venham mesmo a aderir à greve das demais, serão pelo menos 6,1 mil servidores de braços cruzados em Alagoas. No momento, em todo o País, a paralisação alcança cerca de 300 mil.

Mesmo se tratando de categorias diferentes, os

motivos são semelhantes: mudanças nas regras de cada carreira que podem resultar em melhorias salariais. E mesmo havendo tantas reclamações com o que paga, o serviço público federal continua sendo cobicado.

"A gente sabe que a remuneração na iniciativa privada é muito melhor — não no nosso Estado, claro. Mas lá existe aquela coisa: um dia, não querem mais você e...", diz Rosângela Azevedo, que se considera "concurseira" — candidatos que se dedicam aos estudos com vistas à carreira no serviço. Mesmo aprovada em 1º lugar, no concurso da Prefeitura de Maceió, em maio, ela diz que vai continuar estudando.

## Longa

Os professores e servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) completam, neste domingo, 88 dias de greve

## Estabilidade no emprego fala mais alto

Mesmo não tendo sido nomeada, Rosângela Azevedo já tem emprego garantido como servidora pública. Ela obteve o primeiro lugar no concurso da Prefeitura de Maceió, em maio.

Mas, por ser ano eleitoral, a lei proíbe nomeações em determinado período. E como ela visa a seguir carreira em outra repartição, diz que vai continuar estudando. Ela quer tornar-se servidora do Tribunal Regional Federal da 5ª região, em Recife (PE). Salário: R\$ 6.551.

"Em primeiro lugar, o que eu procuro é a estabilidade, mas é claro que a remuneração agrada. Principalmente porque este é o vencimento inicial".

Para ela, a sensação de garantia de se manter no emprego e de alcançar postos na carreira, após o período de estágio probatório, e se não cometer falta grave, que o serviço público proporciona é o que faz todo o esforço dedicado aos estudos valer à pena.

"Pode parecer um paradoxo perseguir o emprego público, diante de tantas reclamações salariais que essas greves estão mostrando. Mas a estabilidade continua fazendo isso valer a pena", sentença.

O curso preparatório em que estuda tem 16 tur-



## Rosângela Azevedo

"CONCURSEIRA"  
"Em primeiro lugar, o que eu procuro é a estabilidade, mas é claro que a remuneração agrada. Principalmente porque este é o vencimento inicial"

mas, mais de mil alunos que visam o mesmo que Elisângela.

Lá, estão alguns dos cerca de 70 mil interessados em ingressar na Polícia Militar de Alagoas, cujo concurso oferece apenas mil vagas. Há os que visam ao concurso do Tribunal de Justiça de Alagoas ou do TRF da 5ª Região.

Segundo a coordenadora geral do curso preparatório, Mônica Camerino, há turmas também para o concurso da Secretaria Municipal de Saúde, cujo

editais nem saiu ainda.

"Mas quando você está se preparando para um concurso, tem de iniciar com essa antecedência, mesmo sem ter edital".

E há turmas que preparam com disciplinas isoladas, naquelas em que o candidato sente que deve reforçar os estudos.

Neste caso, a maioria é de candidatos a carreiras no serviço público federal.

Entre os concursos visados, quatro estão com inscrições abertas: para as agências reguladoras de

telecomunicações (Anatel), cinema (Ancine) e de águas (ANA) e da Câmara Federal, cujo salário inicial deverá ser de R\$ 4,5 mil.

E na condição de previstos (autorizados pelo Ministério do Planejamento, mas ainda sem edital) há nove concursos: Ibama, Dnit, ANP, Ministério da Saúde e do próprio Ministério do Planejamento.

"O concurso para o Ministério da Fazenda deve ter as inscrições abertas no próximo dia 13", anuncia Mônica Camerino. FF

## Categorias reivindicam melhores salários

Segundo o Sindjus, os servidores da Justiça Federal reivindicam mudança na lei que define seu plano de carreira. A proposta já existe e está no Congresso Nacional, mas encontra-se parada há dois anos. A categoria, que tem salário médio de R\$ 4,5 mil, diz estar há seis anos sem reajuste.

Os policiais federais (agentes, escrivães e papiloscopistas) têm salário de R\$ 7,5 mil, mas, segundo o presidente do sindicato da categoria, é o segmento de servidores federais de nível superior com vencimento mais baixo.

"Nossa reivindicação é uma definição de quais são as atribuições de cada categoria dentro do trabalho policial. É isso que prevê nossa proposta de reestruturação da carreira. Hoje, não existe uma definição do que cada deve fazer", diz Tomé Cavalcante.

Ele diz que, para não ter a população contra a categoria, os serviços de atendimento ao público, como emissão de passaportes, não serão afetados. "Serão afetados os trabalhos de investigação e de polícia administrati-

va, que é a fiscalização de produtos químicos e empresas de vigilância, por exemplo".

O vice-presidente da Associação dos Docentes da Ufal (Adufal), Márcio Barbosa, diz que a proposta de reestruturação da carreira já se encontra com o Ministério da Educação (MEC) desde março do ano passado.

"Somos a única categoria no serviço público em que o servidor não tem possibilidades de alcançar ao último nível se tiver apenas a graduação. Até março, o vencimento base era de R\$ 557. Recebíamos a gratificação para compor o salário, é certo. Mas o salário base era inferior ao salário mínimo", diz. FF

## Vencimento

Os policiais federais (agentes, escrivães e papiloscopistas) têm salário de R\$ 7,5 mil. Mas, segundo o presidente do sindicato da categoria, é o segmento de servidores federais de nível superior com vencimento mais baixo